

Almas ou peças: o Senhor chama a cada uma por seu nome

Souls or parts:
the Lord calls each one by the name

D. MAURO MAIA FRAGOSO, OSB*

Resumo: Este artigo, resultado de uma pesquisa realizada no Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, traz à tona a classificação dos cativos ora apresentados como *peças*, ora como *almas*, termos utilizados pelos inventariantes, entre os séculos XVII e XIX, ao computarem o número de cativos da instituição beneditina fluminense. Tais referências são encontradas no manuscrito denominado *Estados*, documento que naquele período informava aos superiores da Congregação beneditina luso-brasileira o *estado em que se encontrava o patrimônio monástico no final de cada governo abacial*, prestes a ser entregue ao abade sucessor. Em contrapartida, no livro dos sacramentos e sacramentais, cada escravo recebia uma identidade pelo nome batismal. O subtítulo, *o Senhor chama a cada uma por seu nome*, se reporta a um versículo sálmico vinculado à expressão bíblica *Livro da vida*. Neste artigo, o livro dos sacramentos é interpretado como figuração do livro que está nas mãos de Deus, onde é anotada a existência de cada criatura.

Palavras-chave: Almas. Peças. Livro da Vida. Escravos. Estado. Escatologia. Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Abstract: This article, the result of a survey conducted in the São Bento Monastery Archives in Rio de Janeiro, brings out the rankings of the captives

* Mauro Maia Fragoso, OSB é monge do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro; Doutor em Geografia na linha de pesquisa Cultura e Natureza pela UERJ; Mestre em Artes Visuais, na linha de História e Crítica da Arte pela Escola de Belas Artes da UFRJ; Especialista de Educação, pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna; graduado em Filosofia e Teologia e pós-graduado em História, pela Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro; diretor de patrimônio do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, professor da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro. E-mail: maurofragoso@gmail.com

being called either as *parts* or as *souls*, which are terms used by the inventory clerks, between the seventeenth and nineteenth centuries. Such references are found in the manuscript called *Status*, a document that at that time, informed the superiors of the Luso-Brazilian Benedictine Congregation, the *status*, at that time, of the monastic heritage at the end of each abbatial government about to be handed over to the successor abbot. As a counterpart, in the sacramental books, each slave received an identity through the Baptism name. The subtitle, *the Lord calls each one by the name*, refers to a verse of a Psalm linked to the biblical expression, *Book of Life*. In this article, the book of sacraments and sacramentals is taken as a foreshadowing of the book that is in the hands of God, where it is registered the existence of every creature.

Keywords: Souls. Parts. Book of Life. Slaves. Status. Eschatology. Monastery of St. Benedict of Rio de Janeiro.

Apresentação

Almas ou peças: o Senhor chama a cada uma por seu nome é uma alusão à duas maneiras como se referem os relatores dos *Estados*, ao prepararem o inventário patrimonial do mosteiro, apresentando aos administradores da Congregação luso-brasileira, o *Estado em que se encontrava a abadia* no final de cada governo abacial, prestes a ser governada pelo abade sucessor. Em se tratando de uma instituição cristã, o subtítulo: *o Senhor chama a cada uma por seu nome* está diretamente vinculado ao Salmo 147, versículo quatro, quando diz que o *Senhor enumera as estrelas e chama a cada uma por seu nome*. Este versículo é precedido por dois outros que também se coadunam à realidade pesquisada.

Está escrito no referido Salmo que o *Senhor reconstrói Jerusalém, reúne os dispersos de Israel, cura os corações despedaçados e cuida da feridas* (Sl 147, 2-3). São dois versículos que retratam a dupla natureza humana composta de matéria e espírito. Neste sentido, os dois versículos se reportam à dupla realidade do ser humano, que são a vida presente e a vida futura. A vida presente, enquanto itinerantes sobre a terra, e a vida futura, aquela que inicia sua etapa com a morte terrena. No plano escatológico, a Jerusalém terrestre a que se refere o Salmo, é prefiguração da Jerusalém celeste.

A expressão *reunir Israel*, a princípio se refere ao povo hebreu. Contudo, no cumprimento da divina revelação, o conceito de povo hebreu, como povo escolhido por Deus, é ampliado e passa a englobar o povo cristão, considerado como Novo Israel, mediante as realizações das promessas messiânicas.

O versículo seguinte, *Ele Cura os corações despedaçados e cuida das feridas*, se refere à vida presente, e é aqui interpretado à luz do cativo em questão, mediante as vicissitudes humanas. Por analogia, o espaço do mosteiro pode ser interpretado como imagem da Jerusalém terrestre e consequentemente, prefiguração da Jerusalém celeste.

No tocante aos nomes dos cristãos, a metáfora *Livro da vida* (HAAG, 1966, c. 1104; MACKENZIE, 1983, p. 554-555) é uma figura de linguagem empregada nos textos bíblicos, aludindo às realidades escatológicas. *Livro da vida* é uma expressão veterotestamentária utilizada após o cativo babilônico. Os hebreus levados cativos por Nabucodonosor, deixaram suas genealogias inscritas nos códices hierosolimitanos. Depois da libertação concedida por Ciro, ao regressarem à Jerusalém, não mais encontraram tais códices. Surgiu então a ideia de que o importante não é ter o nome escrito num livro material, mas sim, no livro espiritual que se encontra nas mãos de Deus. Por antonomásia, o livro de batismos, no qual os cristãos têm os seus nomes inscritos é aqui entendido como prefiguração do livro divino.

Neste sentido, vale salientar a importância de outro manuscrito na presente pesquisa. Trata-se do Códice 1223, intitulado *Livro de batizados, crismas, ordens menores, casamentos, sepulturas e foros*, onde estão registrados os sacramentos e sacramentais ministrados a fieis, entre os anos de 1765 e 1813. O Códice 1223 não é um livro exclusivo para cativos. Ao contrário, ele insere os cativos num contexto social mais amplo, uma vez que em suas páginas estão assentados sacramentos, sacramentais e donativos dos diversos seguimentos sociais, incluindo civis e religiosos.

Pelo sacramento do batismo registrado neste livro, o cativo deixa de pertencer ao mundo pagão, inserindo-se na assembleia dos eleitos. Depois de percorrido todo o itinerário da vida presente, o cativo tem seu nome inscrito na seção intitulada *sepulturas*. Marco divisor entre o termo de sua existência terrena e o ingresso na vida futura.

Com efeito, em outro lugar diz o salmista que enquanto era modelado ocultamente no seio de sua mãe, os olhos o Senhor o viam e, no seu livro, estavam anotados todos os seus dias, antes mesmo que um só deles existisse (Sl 138,15-16).

Tendo em vista a melhor compreensão do leitor, cabe elucidar aqui algumas questões. A palavra *senzala* aparece nos documentos pesquisados referindo-se à coletividade das habitações de cativos que habitavam em casas separadas.

As transcrições dos originais, na medida do possível, foram adaptadas à grafia contemporânea, tanto no vocabulário, quanto na pontuação. Ainda que a mesma palavra seja grafada de diversas formas, como é o caso do adjetivo *curumim*, os vocábulos são transcritos literalmente. Nomes e outras palavras indecifráveis são substituídos por reticências entre colchetes.

1 Contextualização do sistema escravocrata na abadia fluminense

Desde a sua fundação em 1590 até o ano de 1871, a utilização da mão de obra escrava foi uma constante no *Costumeiro* do cenóbio fluminense. Ao longo daquele período, a aquisição dos trabalhadores cativos foi realizada de quatro maneiras: (a) através de compras efetuadas pela comunidade monástica; (b) mediante doações de benfeitores; (c) integrados ao plantel, quando um determinado senhor decidia ingressar no mosteiro levando consigo seus cativos; ou ainda, (d) inseridos no plantel, quando herdados por determinado monge.

As notícias sobre esses trabalhadores são esparsas e, por vezes, incompletas. O que impossibilita uma estatística exata de cada período e, do cômputo geral de cativos. É notória a elevação do número dessas pessoas em relação ao acréscimo do patrimônio monástico. Além do incipiente território urbano – no centro da cidade do Rio de Janeiro –, entre os séculos XVI e XIX, o latifúndio beneditino se estendeu de norte a Sul do atual Estado fluminense. Por ocasião da alforria concedida pelos beneditinos, no ano de 1871, o complexo latifundiário contava com cerca de 2 mil trabalhadores cativos (LUNA, 1947, p. 93).

De maneira geral, o sistema escravocrata foi adotado pelo clero e pelas ordens religiosas vigentes no Brasil. Contudo, esses eclesiásticos não deveriam considerar os cativos como propriedades particulares, mas sim como servidores de Deus na pessoa de seus ministros (CARVALHO, 1985, p. 71). O que não os diferenciava muito dos irmãos conversos e donatos (MATINEZ, 1981), introduzidos nos claustros medievais para que se dedicassem ao serviço braçal, liberando os monges dos trabalhos domésticos, a fim de que pudessem dedicar maior tempo às celebrações litúrgicas. No cenóbio fluminense, o número daqueles religiosos dedicados ao labor cotidiano nunca alcançou expressivo percentual em relação à cifra de monges. Neste caso, em conformidade com o regime civil, a adoção da mão de obra escrava foi a solução plausível naquele

contexto específico. Tal medida foi corroborada pelo *Costumeiro* da Congregação beneditina luso-brasileira e cada monge que contasse com mais de 20 anos de vida religiosa passou a ter direito de possuir um cativo que lhe assistisse em suas atividades pessoais. Com a separação da Província e a consequente criação da Congregação Beneditina do Brasil (1827), o tempo estabelecido para a aquisição de um cativo destinado ao uso particular foi reduzido para 12 anos (ROCHA, 1991, p. 87).

Como se depreende da documentação analisada, no cenóbio fluminense o regime escravocrata não era praticado somente pelos monges, mas também entre os próprios cativos. Tal afirmação está respaldada pelos assentamentos no *Códice* 1223, intitulado *Livro de registro de batizados, crismas, ordens menores, casamentos, sepulturas e foros* (1765-1813), onde está escrito que “em 8 de agosto de 1784 se enterrou nesta sepultura uma negra chamada Rita, cativa do nosso escravo Francisco Teles” (*Códice* 1223, fl. 137v). “Em 4 de maio de [17]85 se enterrou nesta sepultura um escravo do mestre Francisco Teles [escravo], chamado Germano” (*Códice* 1223, fl. 98). “Em 17 de maio do ano de [17]88 se enterrou nesta sepultura um escravo chamado João, do nosso escravo Ignácio dos Santos” (*Códice* 1223, fl. 120v). “Em 29 de março de [17]89 se enterrou nesta sepultura uma escrava do nosso escravo Damaso, de Camorim, chamada Maria” (*Códice* 1223, fl. 141v). Em 20 de setembro de 1794 foi enterrada outra escrava de nome Maria, esta, escrava de Francisco Teles (*Códice* 1223, fl. 137v).

A fim de facilitar a compreensão desse tópico que trata do sistema escravocrata vivido pelos próprios cativos é preciso salientar certas condições que permitiram tal regime. Além dos dias santos de guarda, os cativos contavam com um dia de folga semanal, independentemente de quantos feriados houvesse durante a semana (*Dietario*, p. 117; ROCHA, 1991, p. 88). Nos dias de folga era permitido aos cativos trabalhar em prol de seu próprio pecúlio, com o qual, por vezes compravam suas alforrias (ROCHA, 1991, p. 88). Citando um documento de 1744, Ramalho Rocha diz “que até mesmo as escravas tinham suas roças de mandioca e podiam vender a farinha que produziam” (*Loco citato*). O mesmo autor enfatiza ainda que os monges cediam aos cativos a quantidade de terra necessária para o cultivo de suas lavouras e criação de gado. Por esse viés, é possível entender o regime capitalista em que viveram tais cativos, permitindo-lhes aplicar o sistema escravocrata entre eles próprios.

2 O latifúndio beneditino fluminense

Uma vez instalada a comunidade monástica sobre a colina que posteriormente passaria a ser chamada de Morro de São Bento, os religiosos receberam sucessivas doações que fizeram do incipiente mosteiro um próspero latifundiário que atingiria seu apogeu econômico no século XVIII e brusco declínio na segunda metade do século XIX. Depois de confirmada a doação do Morro da Conceição por Diogo de Brito, em 25 de março de 1590, seguiram-se consideráveis aquisições agrárias, tanto por doação, como por compra. Nestas propriedades os cenobitas implantaram diversas atividades econômicas, desempenhadas pela mão de obra escrava indígena e africana. Em meados do século XVIII, em obediência à legislação portuguesa, os beneditinos deixaram de utilizar o sistema de cativo sobre os aborígenes. Estes, mediante pagamento, continuaram a prestar serviços aos religiosos.

No final de cada governo, os abades enviavam ao capítulo geral um relatório do *estado* em que deixavam o mosteiro por eles administrados. Estes documentos denominados *Estados* se constituem nas principais fontes de informação sobre as fazendas. Eles trazem em si não apenas o inventário dos bens materiais, mas também o número de cativos a serviço em cada estabelecimento e, por vezes, até informações pessoais como nome, sexo, idade e a condição em que se encontrava naquela ocasião. Isto é, se em regime de cativo ou alforriado.

O *Estado* de 1623 diz que, durante sua administração, o abade Frei Bento da Cruz comprou “nove negros de Guiné para o benefício das fazendas” (*Estado* fl. 8).

Já no ano de 1652, no mosteiro, perímetro delimitado pela Baía da Guanabara e as hodiernas Ruas Marechal Floriano, Alcântara Machado e João Homem, ficaram “vinte e sete cabeças de gado novillo e bois de carro, duas mulas, com duas selas já usadas” (*Estado* fl. 15). E “nos currais da Paraíba, Cabo Frio, Maricá, Campo Grande, ficaram três mil quinhentas e cinquenta e quatro cabeças de gado vacum, vinte e sete cabeças de gado cavalari, oitenta escravos entre pequenos, grandes e velhos” (*Estado* fl. 15).

No engenho de Iguaçú ficaram

cento e seis bois de carro e roda, um novilhote e uma novilha, seis cabeças de gado cavalari, uma mula, dezesseis cabras grandes e pequenas, vinte e cinco cabeças de ovelhas, dez patos do Reino, quarenta e uma cabeças de porcos nas fazendas,

três dúzias de tabuado para andaimes da casa de purgar, uma madre para carros, vinte e um caixões levantados, cento e sessenta *j chargas* [sic] e tampões, sessenta e dois dentinhos tudo para caixões, oito tábuas para o conserto das barcas, duas dúzias de ripas serradas, muita pregaria para a casa de purgar nova quando se fizer, ficou tirada ostra para vinte ou trinta *moyos* [sic] de cal (*Estado* fl. 15).

Na mesma página, ao continuar arrolando os bens do complexo monástico, diz o inventariante que, naquele mesmo ano de 1652, “havia nas fazendas, além dos currais, escravos de Guiné e da terra, pequenos e grandes, entre alguns velhos e doentes, cento e cinquenta e nove almas” (*Estado* fl. 15). Acima o relator diz que nas fazendas de Campos da Paraíba, Cabo Frio, Maricá e Campo Grande, ficaram 80 escravos. Abaixo, o mesmo documento apresenta genericamente uma cifra de 159 cativos distribuídos pelas fazendas, sendo que não foram incluídos na relação os complexos de Inhumirim e Iguaçú.

Na primeira citação da referida página, o número de escravos é apresentado em seguida ao cômputo dos animais. Porém, distinguindo os trabalhadores pelos adjetivos pequenos, grandes e velhos, assinalando com isso que havia alguns em condições de trabalho, outros que futuramente seriam integrados ao número dos trabalhadores e os velhos, já em final de carreira. Já na segunda citação, o relator, além de distinguir os indivíduos pelos supracitados adjetivos, acrescenta a proveniência – *de Guiné e da terra*, denominando-os por *almas*, ao invés de qualquer outro substantivo.

Imediatamente após apresentar a relação dos serviços, o relator continua dizendo que “ficaram providas as fazendas de ferramenta necessária – ficaram de depósito côvados de sarje, cinco côvados de pano preto, treze côvados e meio de bombazina, cinquenta e nove varas de pano de algodão” (*Estado* fl. 15). Na sequência, o relator apresenta a lista de aviamentos deixados para uso dos religiosos, como que distinguindo a destinação de um e de outro material.

O relatório deixado no final do governo abacial de Frei Francisco da Madalena, no ano de 1657, mostra um progressivo tratamento individualizado aos escravos designando cada um deles por seu nome, alguns dos quais, acompanhado por alcunha e qualificação profissional. O que nem sempre será mantido por outros relatores. Com efeito, diz o *Estado* que, naquele ano de 1657, ficaram “na cidade os negros das obras que são 13, a saber, Mateus, [...], ajudante de embolsar, Jorge crioulo, Ambrósio, Manuel da terra, Bento mulato, Antônio carumbamba, Francisco dendê, Francisco catongula, Paulo, Garcia, Domingos carreiro e Lourenço – 13 almas” (*Estado* fl. 51).

E o relator continua arrolando os cativos:

Negros, negras e rapazes que trabalham no mosteiro: Diogo cozinheiro, o cabra alfaiate, José rapaz mulato, Domingos *colomi* rapaz, Domingos mulato carreiro, Miguel da terra carreiro, Mateus da horta, Pascoal mulato e sua mulher Maria lavadeira com duas filhas e um filho, Maricota, Benta, Amaro, mais Antônia da terra lavadeira com sua filha Isabel. Mais no mosteiro ficaram três ferreiros; Aleixo, João da terra, e Sebastião barbeiros (*Estado* fl. 51).

O relator de 1657 continua apresentando os cativos como indivíduos, classificando-os ora como *peças*, ora como *almas*. Esse relator agrupa os indivíduos por gênero e faixa etária, agrupando-os em blocos, como se vê na seguinte transcrição:

Ficam no engenho as peças seguintes:

Negros: [...] das Neves, Tomé, Lucas, Inácio da terra solteiro, Cristóvão da terra, Jorge da terra solteiro, João Grande, Miguel [...] solteiro, Alexandre viúvo, Diogo capitão, Jorge no curral, João mulato fugido, Nicolau mulato, Diogo, Aleixo da terra, Mandu mirim da terra, Pascoal [...], André da terra, Pedro [...], Iacome da terra, Simão cascalho, Domingos valentão, Domingos crioulo, Filipe crioulo, Roque da terra fugido, Domingos paraíba, João crioulo aleijado escarrando muito de velho, João *colomi* da terra, João grande no curral de cima, Melbonito, Lázaro aleijado, Bento [...], Diogo solteiro capitão, Alberto da terra fugido, Miguel novo, Basílio novo, Pedro no curral de cima, Batista da terra, Basílio, Luiz, Leandro, Calisto – 44 machos (*Estado* fl. 51).

Naquele mesmo ano de 1657, ainda se referindo ao engenho de Iguazu, ficaram as

fêmeas: Ângela mulata viúva, Helena mulata viúva, Luzia angola, Ana da terra, Isabel [...], Helena, Lucrecia, Maria, Valéria mulata, Maria de João grande, Madalena, Valéria, Ana, Cristina, Maria nova, [...], Esperança, Maria de São Paulo, Maria do Roque mina, Maria [...], Clara da terra, Joana da terra, Juliana, Escolástica, Vitória, Luzia castiça, Joana nova, Madalena de Bento, Isabel crioula, Petrônia, Luiza, Domingas [...], Isabel [...], Marquesa mulata, Benta melmeluca solteira, Joana crioula, Catarina da terra, Domingas crioula velha, Isabel [...], Francisca velha no curral de cima, Maria no curral do Cabral, Luzia nova, são todas 42 almas – 42 fêmeas (*Estado* fl. 51).

Quanto aos menores, o relator diz que ficaram no engenho os “rapazes que já servem: Gonçalo, Crisóstomo, Miguel, Agostinho, Salvador, José – 6 rapazes” (*Estado* fl. 51). E entre “raparigas e crianças: Ana, Inácia, Maroanda,

Martinho, Plácido, Catarina, [...], Belquior, João, André, Felix, Antônia, Luiz, Domingos, Bonifácio, Luzia, Joanica, João, Antônio e Luzia gêmeos, Francisco, Mateus – 22 almas” (*Estado* fl. 51).

Entre os anos de 1720 e 1723, o abade Frei Bernardo de São Bento comprou 37 “peças de” escravos e herdou um pelo falecimento de Frei José de Jesus. Destes, alguns ficaram na Ilha das Cobras e outros foram distribuídos pelas fazendas. Na abadia ficaram: doze mulatos carpinteiros e negros ferradores; nove mulatos oficiais de pedreiro; dois mulatos ferreiros; dois mulatos sapateiros; cinco alfaiates entre mulatos e negros; três mulatos barbeiros; dois mulatos aprendizes na arte de pintar; ficaram na cozinha três negros; cinco nas barcas; três negros velhos na horta; nas senzalas de fora ficaram três negras lavadeiras; um negro enfermeiro; dezessete na obra do mosteiro (*Estado* fl. 131).

2.1 A península de São Gregório à margem do Rio Inhumirim

A 28 de abril de 1590, Salvador Correia de Sá doava ao mosteiro uma sesmaria de duas léguas e meia à margem noroeste do Rio Inhumirim (*Dietario*, p. 6, 17), no atual município de Magé. Em 1626, a esse terreno, assomaram-se outros, doados por Diogo de Brito de Lacerda, juntamente com trinta escravos (Documentos 1083-6 e 1563-3, *apud* ROCHA, 1991, p. 56). Naquela mesma ocasião, Diogo de Brito doou ainda aos religiosos a península ou Morro de São Gregório (*Dietario*, p. 17), anteriormente denominado Ilha das Ostras (*Estado* fls. 49, 53, 72), à margem do Rio Inhumirim.

Durante a administração do abade Frei Bento da Cruz, que ocorreu entre os anos de 1648 e 1652, fez-se na Ilha de São Gregório uma imagem de orago, em barro cozido e policromado. Construiu-se uma ermida em taipa de mão, coberta com telha e parede caiadas. Esta foi provida de todo o necessário para a celebração do culto (*Estado* fl. 25). Na fazenda do Inhumirim, plantou-se arrozais, bananais, carazais e outros mantimentos, para consumo dos monges e cativos. Outrossim, mandou fazer uma canoa pequena destinada à pesca (*Estado* fl. 26).

No final daquele mesmo abaciado, ficaram na fazenda do Inhumirim os cativos: “Álvaro e sua mulher, Francisco e sua mulher, Domingas e seu marido, Pedro e sua mulher, Antônio e sua mulher; Manuel da terra e sua mulher, Filipa, Cristina, [...], Isabel, Ana, Isabel nova, Luiz novo, Ildefonso rapaz, Clara, Margarida, Jacinto, Vidal, [...], Maria, Jerônima” (*Estado* fl. 32). Na Ilha das

Ostras ficaram: “Manuel e sua mulher, Bento e sua mulher, Pascoal mulato, Madalena da terra e uma criança por nome Amaro (*Estado* fl. 32).

O abade Frei Inácio de São Bento, que governou a abadia entre os anos de 1657 e 1660, deixou na fazenda do Inhumirim 14 almas de escravos. Foram elas: “Manuel [...] e sua mulher Lucrecia, sua criança de peito, George, Anastácia, Antônia da terra, Domingos e Isabel [com] seis filhos” e Cristina, mameluca forra (*Estado* fl. 79).

2.2 Iguaçu

A 11 de novembro de 1591, Jorge Ferreira doou ao mosteiro uma propriedade à margem do Rio Iguaçu, atual município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. A essa propriedade, que se tornaria a primeira fazenda do complexo agrário dos beneditinos, foram se agregando várias outras, a ponto de constituir um latifúndio com mais de 10 mil hectares de extensão (ROCHA, 1991, p. 62, 343).

Entre os anos de 1613 e 1616, sob o governo abacial de Frei Bernardino de Oliveira, construiu-se na fazenda do Iguaçu o primeiro engenho destinado à moagem da cana-de-açúcar cultivada nesta fazenda (*Dietario*, p. 12). Em se tratando de uma sociedade católica e escravocrata, significativamente o engenho foi submetido ao patrocínio de Nossa Senhora do Rosário (Documento 159, *apud* ROCHA, 1991, p. 58, 83, 343).

Com tal empreendimento o mosteiro iniciou sua ascensão econômica e, entre os anos de 1651 e 1652, já contava com o apoio braçal de um significativo plantel. Naquela mesma ocasião ficaram “plantadas duas roças de mantimento que podem ter vinte e quatro mil covas para o sustento da gente da fazenda” (*Estado* fl. 31). Entre os trabalhadores ficaram “dezessete peças do gentio da terra, a saber: Iacome, Cristóvão, Roque, Martinho, Jorge, Diogo, Aleixo, Jerônimo, Pontilha, Genésio, Manuel, André, Cosme, Alberto, João, Estevão, Francisco mameluco” (*Estado* fl. 31).

Na fazenda de baixo ficaram

do gentio de guiné e crioulos, mulatos, trinta, a saber: Lázaro doente, Tomé, Aleixo ferreiro, Francisco, Lucas, Simão, Luiz, João grande, João crioulo manco, João mulato, Nicolau, Julião cabra, Miguel, [...], Bartolomeu, [...], Valentão, Manuel, Pascoal, Simão, Gonçalo, Domingos, Agostinho, João novo, Miguel novo, Antônio novo, Alexandre, Capitão, Garcia, [e] Bento que já é muito velho (*Estado* fl. 31).

Entre “moleques e rapazes que já servem e andam com os carros: Leandro, Miguel, Domingos, Marcos, Sebastião, Batista, Domingos mulato, Salvador, Filipe, e são nove” (*Estado* fl. 31).

Ainda no complexo de Iguaçu:

Fêmeas de guiné: Domingas, Valéria, Vitória, Juliana, Lucrecia, Luzia, Maria, Joana, Maria nova, Luzia nova, outra Maria nova, Cristina, Beatriz, Marquesa, Isabel, outra Isabel, Doroteia, Madalena, Maria crioula, Beatriz nova, Esperança, Helena nova, Leonor, outra Maria, Escolástica, Maria canastra da mão esquerda cortada, Helena mulata doente e velha. E são vinte e seis peças. Do gentio da terra: Ângela mameluca, Andreia, Lucrecia, Catarina, [...]. Ana, Domingas, Petrônia e são oito. Crianças machos e fêmeas: Jorge, Miguel, Martinho, Camponês, Luiz, Jacinto, Gregório, Félix, Bento, Antônio, Belquior, Sebastiana, Filipa, Maria, Ana, Perpétua, Inácia, e são dezessete (*Estado* fl. 31-32).

Em 1697 o engenho foi transferido para Vargem Pequena (*Dietario*, p. 52; ROCHA, p. 60) que junto com outras duas propriedades, Vargem Grande e Camorim, formaram o complexo agrário denominado Fazenda do Camorim (ENGEMANN, 2007, p. 79). Paralelamente à produção de açúcar, a fazenda do Iguaçu produzia também tijolos para a construção do mosteiro e residências dos cativos. Na primeira metade do século XVIII incrementou-se a produção ceramista com a construção de uma segunda olaria, destinada a produção de tijolos e telhas. O abade Frei Manuel do Espírito Santo, durante seu governo (1754-1757) aumentou o plantel dessa olaria com dez escravos (*Dietario*, p. 106).

Entre os anos de 1720 e 1723, o abade Frei Bernardo de São Bento fez uma olaria na fazenda de baixo; uma casa para abrigar as embarcações; três caeiras produtoras de cal para as obras do mosteiro; deixou entulhados 130 alqueires de arroz; deixou plantada lavouras de mandioca; para transportar madeira, mantimentos e casca de ostras, – utilizadas na produção de cal –, abriu uma vala interligando as duas fazendas; ficaram “no serviço de ambas as duas fazendas, cinquenta e seis escravos, entre machos e fêmeas, velhos e moços, grandes e pequenos” (*Estado* fl. 135).

Com a expansão imobiliária da cidade do Rio de Janeiro, o material produzido nas olarias, inicialmente destinado à construção arquitetônica do edifício monástico, passou a ser comercializado para a construção civil, favorecendo ainda mais as finanças da instituição monástica. Estrategicamente situada às margens do Rio Iguaçu, que desemboca na Baía da Guanabara, as hidrovias se constituíram no principal meio de transporte entre produtor e consumidor (GOMES, 2006).

2.3 Campo Grande

Segundo o *Dietario*, também ano de 1591, o mosteiro iniciou o processo de aquisição agrária nas “terras do Campo Grande” (*Dietario*, p. 9), onde, em 1612, os cenobitas já possuíam três sítios com seus respectivos currais. Naquele mesmo ano de 1612, Belchior Tavares e sua esposa, Margarida de Figueiredo, doaram ao mosteiro outras terras às margens do Rio Guandu, às quais se juntaram outras mais. Tal complexo agrário, que chegou a contar com cinco currais, esteve sob a posse dos beneditinos por mais de 70 anos, período em que fora utilizado para criação de gado bovino e plantio de lavouras com a mão de obra escrava. Entre os anos de 1613 e 1614, uma epidemia de sarampo dizimou mais de 300 reses e muitos cativos. Por essa razão, naquele biênio, os religiosos deixaram quatro currais e transferiram os sobreviventes para as fazendas de Cabo Frio e Maricá (*Dietario*, p. 10; ROCHA, 1991, p. 62-63).

Em Campo Grande, onde ocorreram frequentes roubos de gado, Frei Bento da Cruz mandou construir uma casa pequena, de taipa de mão, coberta de palha, com portas e cadeados, para recolhimento dos cativos. Pôs-se nela dois caixões para a colheita do arroz. Para cuidar do curral, ficaram nesta casa, ‘um negro velho e um crioulo, seu filho, já homem’ (*Estado* fl. 26).

No ano de 1652 ficaram no Campo Grande: “Diogo cozinheiro, Domingas, Luzia, Diogo dendê, Bento, Aleixo, Basílio, Alexandre, Francisca velha, [e] Jorge Rapaz” (*Estado* fl. 32).

2.4 Cabo Frio

Segundo o *Estado*, entre os anos de 1620 e 1746 o mosteiro recebeu por doação quatro propriedades rurais nas proximidades do Cabo Frio, localizáveis pelos topônimos: Piruipi; Campos de Macaxá; Baía Formosa; e Araruama, naquela ocasião, distrito de Cabo Frio (*Estado* fl. 8). Esta última doada por Antônio Vieira e sua esposa, com duas casas na cidade e 18 escravos. Esse complexo agrário foi utilizado principalmente para a criação de gado e cultivo de lavouras, destinadas à alimentação dos cativos (ROCHA, 1991, p. 65-66).

O abade Frei Inácio de São Bento ao terminar seu mandato no ano de 1660, deixou na fazenda de Cabo Frio “26 almas de escravos, a saber: Ventura e sua mulher, Domingos e três filhos rapazes, Francisco e sua mulher Isabel, Bento, Escolástica, Domingos e sua mulher Maria, Paulo e sua mulher Espe-

rança, Simão, Gonçalo e sua mulher Serafina, Manuel e sua mulher Úrsula, com quatro crianças, [e] Beatriz com três crianças (*Estado* fl. 80).

Entre 1720 e 1723, o abade Frei Bernardo de São Bento edificou a residência do monge fazendeiro, reformou uma casa antiga para celeiro, fez de novo um alpendre para recolher o carro, reformou quatro currais, fez um carro novo, comprou quatro escravos, deixou plantadas seis mil covas de mandioca, reparou a roda da casa de farinha, providenciou um forno de cobre e os vidros. No povoado construiu duas casas e uma capela, deixando provida de todo o necessário para se dizer missa. Naquele triênio ficaram nesta fazenda, quinze escravos (*Estado* fl. 134).

2.5 Maricá

A formação do complexo agrário na região de Maricá remonta ao ano de 1627, quando Diogo Martins Mourão e sua esposa, Francisca Serra, doaram ao mosteiro “uma légua de terras em Itaocaia” (*Dietario*, p. 17). Em seguida, no ano de 1635, o Governador Rodrigo de Miranda Henriques, concedeu aos beneditinos uma sesmaria de três léguas de terras, junto à Lagoa de Mariatiba (*Dietario*, p. 21). A esse latifúndio foram incorporadas outras posses adquiridas através de sucessivas compras em Ponta Negra, Itaipu, Boqueirão, Inoã, e Lagoa de Maricá. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, essas terras se tornaram importante centro produtor de alimentos para a corporação beneditina, incluindo seu plantel escravo (ROCHA, 1991, p. 66-67).

Entre 1720 e 1723, o abade Frei Bernardo de São Bento iniciou a construção de duas casas para vivenda do monge fazendeiro, consertou alguns currais, enriqueceu o plantel desta fazenda com “dois escravos, quatro moleques dos que se compraram e uma negra. Meteu-se mais um negro” e ficaram “nesta fazenda vinte e três escravos entre grandes e pequenos” (*Estado* fl. 135).

O abade Frei Manuel do Desterro, que governou a abadia entre 1748 e 1750, comprou para Maricá 16 “escravos muito escolhidos, moços, e minas de nação” (*Dietario*, p. 94). No ano de 1652 ficaram no curral de Guaxindiba, “Bernardo, sua mulher e um rapaz mulato” (*Estado* fl. 33). Nas demais propriedades de Maricá ficam os escravos: “Diogo e sua mulher, Manuel e sua mulher, cinco filhos de Diogo e duas filhas, o filho de Jorge de doze anos, uma rapariga de oito anos, Gonçalo, e Mônica forra” (*Estado* fl. 33).

Distinto de outros apontamentos que apresentam os cativos apenas pelo

número total, no registro em questão, o inventariante se preocupa em distingui-los por sexo, idade e condição, como é o caso de Mônica, forra.

No século XVIII, o abade Frei Antônio de São Bernardo escolheu a fazenda de Maricá para nela instalar uma fábrica de farinha que garantisse o sustento da corporação monástica. Para tanto, Frei Antônio de São Bernardo investiu no cultivo da mandioca, na aquisição de maquinário e aumentou o número de cativos (*Dietario*, p. 99).

2.6 Campos dos Goytacazes ou do Paraíba

Como se depreende das *escrituras*, as posses de terras ao limítrofe Norte da costa fluminense datam de era anterior ao ano de 1636, quando os beneditinos receberam permissão para edificar currais e cultivar suas terras nos Campos dos Goytacazes.

Segundo o *Estado* de 1652, nos Campos do Paraíba ficou edificada igreja sob invocação da Virgem Maria, construída em taipa de mão e coberta de palha, com irmandade estabelecida. Ficaram igualmente edificadas em taipa de mão e cobertura de palha a vivenda para os religiosos, oficinas e casas para os escravos curraleiros. Compraram-se e distribuíram-se pelas fazendas, quarenta e três escravos de Angola, cinco gentios e um *cabra* que sabe ler e escrever (*Estado* fl. 27). Naquele mesmo ano de 1652, ficaram naqueles Campos, 42 cavalgaduras pequenas e grandes; três selas; cinco pares de estribeiras; 62 *peças* [escravos], 46 delas em serviço e as demais, rapazes e crianças. Fica também uma mulata forra, casada com um mulato nosso (*Estado* fl. 33).

O abade Frei Bernardo de São Bento, que governou o complexo monástico entre 1720 e 1723, aumentou o plantel campista com a compra de nove trabalhadores. No final de seu exercício, entregou o cargo deixando plantadas nos Campos 125 mil covas de mandioca e um plantel composto de 199 cativos “entre mulatos e mulatas, negros e negras, grandes e pequenos” (*Estado* fl. 134).

Entre os anos de 1636 e 1768, o mosteiro recebeu um total de oito doações e comprou 26 outras propriedades na baixada campista. Tais aquisições englobaram um sítio chamado Marreca, junto da Ponte de São Tomé (*Dietario*, p. 106); um lote na incipiente cidade de Campos, outras terras entre o Taí e a Lagoa Feia; e também nos Campos de Areia. Até meados do século XVIII a principal atividade econômica desempenhada nesta localidade foi a pecuária.

Na segunda metade daquela mesma centúria, predominou a produção açucareira (ROCHA, 1991, p. 68-69).

Após investigar o *Inventário dos bens das Ordens Religiosas no Rio de Janeiro*, Piratininga Junior (1991, p. 32) afirma que de todas as fazendas beneditinas fluminenses, a de Campos dos Goytacazes foi a que contou com maior índice de trabalhadores cativos. Chegando esse número a rondar pela casa dos 500 (FRAGOSO, 2015, p. 26).

2.7 Camorim

Uma das principais doações recebidas pelos beneditinos do Rio de Janeiro foi a fazenda do Camorim, doada por Dona Vitória de Sá, no ano de 1667 (*Dietario*, p. 33). Na verdade, Camorim foi topônimo de um complexo agrário composto por três fazendas. A Camorim, da qual foram desmembradas duas outras fazendas: a Vargem Grande e a Vargem Pequena. Essas terras estavam circunscritas pelo Riacho Pavuna e o mar, estendendo-se até Guaratiba. Pelo testamento de Dona Vitória de Sá, além das terras, o mosteiro recebeu também escravos oriundos da Guiné, mestiços e nativos (ROCHA, 1991, p. 71).

Entre 1720 e 1723, o abade Frei Bernardo de São Bento fez uma casa para o mestre, no andar das varandas do engenho e reformou a varanda, sustentou-as com pilares de tijolo e cal, cobrindo-as de telha; reformou o madeiramento da casa das caldeiras; e enriqueceu o plantel com um negro carreiro. Ficaram “entre velhos e moços, crianças, machos e fêmeas, noventa e quatro escravos” (*Estado* fl. 137).

O abade Frei Manuel do Espírito Santo que governou de 1754 a 1757, mandou substituir a imagem de Nossa Senhora do Rosário na capela do Camorim e enriqueceu o plantel daquele complexo com 26 escravos (*Dietario*, p. 105-106).

Segundo o *Estado* de 1789, o abade Frei José de Jesus Maria Campos, a fim de poupar trabalho aos cativos, mandou construir uma casa de farinha, com roda hidráulica, destinada a moagem de mandioca, dispondo o engenho de tal modo que a ele pudessem ser acrescentadas outras rodas, para que poupasse ainda mais o trabalho. Entre os anos de 1789 e 1793, o abade Frei Antônio do Desterro Gouveia, mandou instalar uma fábrica de anil. Durante o governo do abade Frei Luís da Conceição Saraiva, de 1857 a 1860, além do açúcar, Camorim passou a produzir também aguardente. Na década seguinte,

com a libertação dos cativos no ano de 1871, o complexo entrou em colapso e faliu (ROCHA, 1991, p. 72).

2.8 A Ilha do Governador

A história dos beneditinos na Ilha do Governador, remonta ao ano de 1695, quando Manuel Francisco Fernandes Franco doou ao mosteiro uma propriedade, onde havia funcionado um engenho sob a invocação de Nossa Senhora da Candelária, situado no espaço onde mais tarde foi construído o aeroporto internacional. Tal doação incluía “toda a fábrica de escravos, bois, cobres e o mais necessário para moer” (*Segundo Livro de tombo*, 1981, p. 19-20; ROCHA, 1991, p. 75).

O abade Frei Bernardo de São Bento, entre 1720 e 1723, restaurou o corpo da igreja e fez de pedra e cal a capela mor, a tribuna e a sacristia; restaurou as casas de vivenda; renovou todo o madeiramento da casa da caldeira, dotou-a de cinco caixas de cobre e arrumou as fornalhas; reparou a tulha; consertou e retelhou todas as casas do engenho; acrescentou quatro carros novos; deixou a carpintaria com toda a ferramenta necessária; enriqueceu o plantel dessa fazenda com onze escravos que, entre velhos, grandes e pequenos, perfez um total de 55 trabalhadores (*Estado* fl. 136).

3 A família Teles

Dentre os cativos pertencentes ao mosteiro, destaca-se uma família inteira por três motivos: (a) pelo sobrenome Teles, (b) pelo contato familiar com os monges e (c) pelo fato de alguns serem designados mestres.

Diz o livro dos batizados que no dia 5 de julho de 1778, Frei João de Santa Maria batizou a menina “Maria da Conceição, filha legítima dos nossos escravos Francisco Teles e Felícia das Chagas”, sendo padrinhos, Nossa Senhora da Conceição e o abade Frei Lourenço da Expectação Valadares (Códice 1223, fl. 4).

Dentre a documentação que apresenta cativos com titulação de mestre destacam-se o Livro de batizados, demais sacramentos e sacramentais (Códice 1223) e o *Livro da rouparia* (Códice 147) que apresentam dois membros da família Teles com tal classificação profissional.

Diz o livro dos sacramentos e sacramentais que no dia 17 de outubro de

1773, Frei José de Santo Henrique batizou Bernardo, filho legítimo dos cativos Bernardo e Marcelina, sendo padrinhos, Antônio Teles e Josefa, cativos do mosteiro (Códice 1223 fl. 4). Em 23 de fevereiro de 1809, foi enterrado “Antônio, afilhado de Antônio Teles, pintor” (Códice 1223 fl. 54), a quem o *Livro da rouparia* (Códice 147, fl. 147) especifica como mestre pintor (FRAGOSO, 2015, p. 52).

Dos dois mestres Teles, Francisco é o que aparece com maior frequência. Em 22 de janeiro de 1807, foi enterrado “Manuel Teles, filho do mestre Francisco Teles” (Códice 1223 fl. 52). Em 6 de novembro de 1793 foi enterrada “Gertrudes, filha do mestre Francisco Teles” (Códice 1223 fl. 54). Em 18 de outubro de 1804 foi enterrado “um inocente chamado Manuel Francisco, por ser neto do mestre Teles” (Códice 1223 fl. 85). “Em 9 de agosto de 1805 foi enterrada Felícia Machado, viúva do mestre pedreiro [Francisco] Teles” (Códice 1223 fl. 96). Em 4 de maio de [17]85 foi enterrado um escravo do mestre Francisco Teles (Códice 1223 fl. 98).

Nota-se que ao nome de Francisco Teles estão associados o nome da esposa, Felícia, dos filhos Manuel e Gertrudes, e do neto Manuel Francisco. Este por sua vez traz a singularidade de nome composto, agregando dois nomes de seus antepassados. Também o sobrenome Machado da viúva Felícia Teles se constitui uma exceção.

3.1 Antônio Teles e o livro da vida

Ao longo de sua carreira pictórica, Antônio Teles atuou ao lado de outros cativos como José Bento e Miguel do Loreto. Assistido por Miguel do Loreto, executou a policromia de 14 imagens de meio vulto e dois anjos tocheiros, para a igreja abacial fluminense. Acompanhado por José Bento, executou a pintura de teto da capela mor e cenas da vida de São Bento para a sacristia do Mosteiro de Olinda (FRAGOSO, 2015; 2013). Contudo, o apogeu da obra de Antônio Teles pode ser considerado na execução de duas pinturas a bico de pena que ilustram o *Dietario* (Códice 1161) compilado por Frei Paulo da Conceição. Trata-se do *Brasão de armas* da Congregação luso-brasileira, abrindo a primeira parte do manuscrito, destinada à narrativa dos governos abaciais; e a *Vanitas*, abrindo o necrológio, que é a segunda parte do códice e narra a vida dos monges falecidos no mosteiro fluminense.

No vocabulário latino o termo *vanitas* é traduzido como vaidade. No

âmbito das artes plásticas, convencionou-se chamar de *Vanitas* uma tipologia imagética que retrata a caducidade da vida humana. Isto é, a decomposição do corpo humano, causada pela morte, e o simultâneo ingresso da alma na vida futura, que é a segunda dimensão do tempo humano dividido em tempo presente e tempo futuro. Este último, também denominado escatológico, devido ao radical grego *escaton*, traduzido como último.

No âmbito cristão, o tema *Vanitas* remonta à literatura veterotestamentária e aparece no capítulo quarto da *Regra de São Bento*. Particularmente neste capítulo da *Regra*, o termo *vanitas* remonta à *Didaké* e à linguagem Escriturística que aponta o caminho para a vida eterna, que é espírito, e o caminho para a morte, a que toda matéria está condenada (FRAGOSO, 2015). Com efeito diz o Eclesiastes: *Vanitas vanitatum, dixit Ecclesiastes, vanitas vanitatum et omnia vanitas*. – Vaidades das vaidades, disse o Eclesiastes, vaidade das vaidades, tudo é vaidade (Ecl 12,8). E o salmista corrobora: *Etenim universa vanitas omnis homo constitutus est. Etenim ut imago pertransit homo. Etenim vanitas est et concitatur; thesaurizat et ignorat quis congregabit ea*. – Todo homem é revestido de infinita vaidade. Ele vagueia como um fantasma; afadiga-se com a vaidade; acumula riquezas sem saber quem vai usá-las (Sl 39,6-7). *Homo vanitati similis factus est, dies eius sicut umbra praeteriens*. [...] *quorum os locutum est vanitatem*. – O homem assemelha-se a um sopro, seus dias são como a sombra que passa. [...] seus lábios só dizem falsidade (Sl 144,4,8).

Analisando a composição de Antônio Teles, destaca-se em primeiro plano a figura de crânio humano, despojado de qualquer vitalidade. Adentrando o olhar, percebe-se o alaúde, instrumento musical que fez o corpo dançar.

No fundo da cena, como ato já consumado, a cortina que se abriu e a morte se revelou para os retratados no *Dietario*. Aparecem outros elementos não menos expressivos. A flor que produz a semente e depois morre para fazer brotar vida nova; a partitura, que outrora fez dançar o corpo vivo, agora soleniza o canto fúnebre; a vela que se consome, transformando em fumaça, à semelhança da vida que se esvai; a ampulheta que mede o tempo, exprimindo a brevidade da vida; a árvore, imagem da cruz de Cristo; e finalmente, o livro, como símbolo de salvação.

Nas Sagradas Escrituras, a expressão *Livro da vida* é uma das metáforas recorrentes para exprimir o plano salvífico mediante o desenrolar da divina revelação. Esta, por sua vez, encontra sua plena realização nos mistérios da Encarnação, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo, a Palavra que se fez carne

assumindo a forma humana. Deste modo, sendo a Segunda Pessoa da Trindade apresentada como Palavra, por antonomásia, essa mesma Pessoa Divina, às vezes, é retratada pela imagem do livro, proposto como símbolo da sabedoria que conduz à salvação.

Cristo, ao realizar o cumprimento da divina revelação, falou através de parábolas, valendo-se de objetos concretos, mas portadores de conotações sobrenaturais. Neste sentido, o livro dos batismos, sendo um objeto material, se reporta ao *Livro* espiritual, apresentado pelas Sagradas Escrituras. Com efeito, no livro dos batismos realizados no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, foram inscritos nomes que, segundo a metáfora bíblica, já estavam inscritos no *Livro da vida*.

No livro dos batismos foram inscritos os nomes daqueles que alvejaram suas vestes no Sangue do Cordeiro. Já no *Dietario*, o livro retratado na *Vanitas* de Antônio Teles alude particularmente àqueles que, através da consagração monacal, procuraram seguir mais radicalmente as promessas batismais. Por analogia, tanto o livro de batismos como o necrológio, prefiguram o *Livro da vida*, no qual todo cristão tem seu nome inscrito e jamais será apagado.

Considerações finais

Ao longo da pesquisa foi possível perceber uma crescente personificação de indivíduos que por vezes foram retratados indistintamente pelos substantivos *alma* e *peça*. Ambos utilizados nos manuscritos para indicar a contagem de seres portadores de alma, nome, sexo, idade, profissão, estado civil, condição social e estado de saúde.

Diante de uma historiografia que ainda caminha na obscuridade, a presente pesquisa se projeta como novo foco de luz sobre a análise do regime escravocrata praticado no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Até o momento, o trabalho escravo tem sido apresentado majoritariamente sob dois enfoques: o do senhor opressor e o do cativo maltratado. Analisando a documentação existente no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro é possível perceber que a realidade desse sistema nem sempre foi de opressão, revolta, castigo e tolhimento. A presença de forros entre cativos mostra a liberdade de escolha entre partir e continuar inserido naquela sociedade. O fato de um cativo exercer seu poder sobre outro cativo – situação inadmissível em outros planteis – indica uma das particularidades do plantel em questão.

Para além de uma conclusão, o artigo ora apresentado deve ser visto como o fio de uma rede que se entrelaçando abre possibilidades para novas malhas. Nesta perspectiva, alguns nomes dos cativos aqui retratados podem se constituir em abertura para novas pesquisas, cruzando informações encontradas em diversos outros documentos, como registros de batismos, casamentos e sepulturas.



Antônio Teles: *Vanitas*, *Dietario*, nanquim sobre papel, bico de pena, 1773.
Fotografia: Acervo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro.

Referências

I Fontes manuscritas

- CÓDICE 1161 – *Dietario do Mosteiro de N. Senhora do Monserrate do Rio de Janeiro da Ordem do P. S. Bento*. Arquivo do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, 1773.
- CÓDICE 1223 – *Livro de registro de batizados, crismas, ordens menores, casamentos, sepulturas e foros (1765-1813)*.
- ESTADOS do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Cópia, originais pertencentes à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Portugal.

II Fontes impressas

- A REGRA de São Bento. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1992.
- BIBLIA do peregrino. São Paulo: Paulus, 2002.
- CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a escravidão*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.
- FRAGOSO, Mauro Maia. Antônio Teles: escravo e mestre pintor setecentista, no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro in *Revista IHGB*. Rio de Janeiro: IHGB, 2013, p. 13-49.
- FRAGOSO, Victor Murilo Maia. *Antônio Teles: escravo e mestre pintor*. Norderstedt: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 2006.
- HAAG, Herbert. *Diccionario de la Biblia*. Barcelona: Biblioteca Herder, 1966.
- LUNA, Joaquim Granjeiro de. *Os Monges Beneditinos no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Christi, 1947.
- MACKENZIE, John. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulus, 1983.
- MARTINEZ, Luis Rodriguez. *Historia del Monasterio de San Benito el Real de Valladolid*. Valladolid: Caja de ahorros popular de Valladolid, Ateneo de Valladolid, 1981.
- ROCHA, Mateus Ramalho. *O Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro 1590/1990*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1991.